

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ “CINEMA & CONTEMPORANEIDADE: POLÍTICAS E POÉTICAS AUDIOVISUAIS”

Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia¹
Paloma Ferreira Coelho Silva²
Debora Breder³

 10.21665/2318-3888.v7n13p04-09

Em *Cineastas e Imagens do Povo*, Jean-Claude Bernardet já fazia uma advertência ao leitor logo no início do livro: “Para que o povo esteja presente nas telas, não basta que ele exista: é necessário que alguém faça os filmes” (2003, p.9). No Brasil de hoje – no qual assistimos às imagens dantescas da Amazônia e do Pantanal em chamas junto à incineração dos nossos direitos sociais, trabalhistas e civis –, essa advertência adquire um novo sentido: é necessário não apenas que cineastas tenham a possibilidade de fazer filmes, como também a liberdade de escolher, política e esteticamente, que filmes querem fazer. Pois no Brasil de hoje, o cinema também está sob ataque⁴.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (DCS/PPGCINE/PPGA-UFS), pesquisador do Grupo de Análises de Políticas e Poéticas Audiovisuais (GRAPPA) e do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTS-UFS). E-mail:

² Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Minas). Pesquisadora do Grupo de Análise de Políticas e Poéticas Audiovisuais (GRAPPA/UERJ) e do Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Contemporaneidade (GRECCA/UCP). E-mail: palomafcs@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis (PPGE/UCP) e pesquisadora do Grupo de Análises de Políticas e Poéticas Audiovisuais (GRAPPA/UCP).

⁴ Cf. Carta Aberta em Defesa do Audiovisual Brasileiro. E-mail: deborabreder@hotmail.com.
<https://www.facebook.com/spcinesp/posts/1090546414466737>

Este dossiê, que propõe uma reflexão sobre as políticas e poéticas audiovisuais na contemporaneidade, poderia ser intitulado "*políticas e poéticas da resistência*". Porque resistir é um imperativo categórico diante da violência, como política explícita do Estado, contra os povos indígenas, a população jovem, negra e periférica, LGBTQs, mulheres e outras minorias; contra a educação e a ciência; contra a arte e a cultura. Contra o povo.

O cinema, essa fabulosa "máquina de pensar" (DUBOIS, 1999) que coloca em cena formas de ver e de interpretar o mundo, com seus códigos visuais, esquemas valorativos e regimes de visibilidade, fala também sobre as possibilidades de existência dos sujeitos. O cinema constrói simbolicamente mundos: o que a câmera produz ao enquadrar não são apenas imagens, mas "realidades", mundos sociais possíveis. Somos, em grande parte, o que vemos; é difícil ser o que não vemos. As possibilidades de existência estão intrinsecamente relacionadas ao tornar visível e à maneira como é dada essa visibilidade, como é construído o olhar sobre o sujeito filmado. O caráter político das imagens constitui, inevitavelmente, uma política social: assim como a noção de cidadania e de democracia é pautada por uma gestão dos corpos, que estabelece quem pode ou não aparecer, o cinema é objeto de disputa simbólica na luta discursiva para definir quais sujeitos (e quais normas) cabem no conceito de cidadão.

A regulação e a demarcação do espaço democrático se configuram pelas dinâmicas distributivas - de recursos e oportunidades -, mas também passam pelas disputas simbólicas que estruturam as relações de poder. Se a força do sistema simbólico está na produção de sentido (BOURDIEU, 2007), a elaboração discursiva própria do campo cinematográfico é, em última instância, uma produção de valor, já que o que se encontra em disputa na construção dessas narrativas são as múltiplas visões de mundo que sustentam uma determinada ordem material e social. Nessa ordem, estão dispostos os lugares sociais que os sistemas de classificação impõem aos sujeitos, engendrando formas de existência mais e menos reconhecidas. O princípio de justiça social, assim, diz respeito não só a uma questão redistributiva, mas também de reconhecimento simbólico (FRASER, 2008): algumas das categorias sociais que atravessam os sujeitos e orientam as relações, como classe, gênero e raça - e que aparecem nos artigos que

compõem este número como objetos de análise a partir de sua construção visual - fazem parte do princípio que organiza, ao mesmo tempo, a estrutura econômica capitalista e o sistema simbólico que distribuem os indivíduos em diferentes posições de privilégio e condições de opressão. O não reconhecimento emerge da produção das diferenças que hierarquizam os sujeitos, delineando os contornos da democracia e da economia política pela qualificação das vivências que estão dentro das regulações normativas do ideal de cidadania e daquelas que são estereotipadas, coisificadas, estigmatizadas. Consequentemente, esses indivíduos têm negados os seus direitos e proteções de cidadão e de sujeito político.

No contexto neoliberal em que vivemos, a demarcação do espaço das lutas democráticas se dá por um projeto higienista de anulação/eliminação/destruição material de corpos humanos e populações, mas também opera discursivamente; a política da necrofilia também se concretiza pela morte simbólica dos sujeitos indesejáveis - matar ou deixar viver pelo silenciamento, pela invisibilidade, pela marginalização, pela desumanização. O ordenamento social articulado pelo neoliberalismo, ao mesmo tempo em que prevê o encolhimento do Estado no âmbito econômico e social, é maximizado no plano penal e policial. A utopia neoliberal, concordando com Bourdieu (1997), não resulta no desaparecimento do Estado e total liberdade individual, mas sim na legitimação da passagem do tratamento social ao tratamento policial e penal da miséria, bem como na privação das liberdades para os que estão condenados à precariedade econômica e social.

Os artigos deste dossiê revelam que, se por um lado a noção de cidadania e de democracia é construída pelo aparato legal, espacial e, neste caso, audiovisual, por outro lado esse mesmo discurso pode produzir a marginalização, o silenciamento e a invisibilidade de determinados corpos que carregam em sua (r)existência processos que desafiam e provocam fissuras nessas mesmas normas. Os filmes que abordam a temática da exclusão das minorias sociais trazem à tona a relação entre os sistemas simbólicos e a transformação da estrutura de poder. Evidenciam que a promoção da justiça social também envolve um processo de restituição simbólica dos sujeitos, de um reconhecimento que, ao invés de eliminar as diferenças ou de exaltá-las, tensiona os

termos por meio dos quais elas são concebidas e convertidas em desigualdades. Ou seja, a restituição simbólica requer uma transformação das formas de ver o mundo, sendo o cinema, como um produtor de sentidos, uma de suas expressões.

O artigo de abertura do dossiê, de Carlos Reyna (UFJF), busca situar o lugar da Antropologia do Cinema no quadro das ciências sociais e humanas. Para tanto, apresenta a trajetória e as potencialidades do entrecruzamento de olhares e discursos antropológicos e cinematográficos. O foco da discussão detém-se primordialmente nos filmes como objetos de pesquisa antropológica, como campo para antropólog@s, como representações e narrativas, símbolos e discursos postos à análise com desafios metodológicos próprios. A etnografia fílmica é proposta como forma de construir interpretações sobre o Outro filmado, como ampliação das vias de compreensão do mundo contemporâneo a partir das imagens produzidas *pelos* e *sobre* os diferentes grupos humanos.

Na sequência, Fábio Martins (UNIFESP) lança o olhar sobre as brincadeiras das crianças em "M'byá Mirim", produção do projeto Vídeo nas Aldeias dirigida por Ariel Duarte Corrêa, realizador M'byá Guarani. As atividades lúdicas das crianças, as protagonistas da narrativa, são entendidas como formas de representação, resistência e enfrentamento às estratégias de imposição de elementos da cultura dos *juruá* - os não indígenas. O artigo discute ainda a relevância política do(s) cinema(s) indígena(s), e mais especificamente das produções do projeto Vídeo nas Aldeias, por efetivarem a presença de narrativas e estéticas próprias dos povos originários em espaços e circuitos anteriormente ocupados unicamente por olhares *sobre* esses povos.

Aline de Oliveira Braga (UERJ), Mirna Juliana Santos Fonseca (PUC-Rio) e Carla Silva Machado (PUC-Rio) tratam em seu artigo da força do cinema e da literatura na educação como "potência de invenção" (MIGLIORIN, 2011). As autoras relatam a experiência com a leitura e a exibição das aventuras protagonizadas por Kiriku, herói infantil negro, em uma creche da rede municipal carioca. O envolvimento das crianças nas atividades e as reverberações das histórias do pequeno herói negro entre elas motivam as reflexões das

autoras sobre os debates em torno das relações étnico-raciais na educação infantil e sobre a importância das representações e narrativas negras no cinema e na literatura.

No quarto artigo do dossiê, Taís de Sant’Anna Machado (UNB) utiliza o conceito de negrofilia para debater características constituintes de um tipo específico de racismo estadunidense contemporâneo. A partir da etnografia do filme “Corra!”, a autora descortina a ambivalente permanência de estereótipos racistas em tempos de consumo fetichista de elementos da cultura negra, de narrativas “pós-raciais”, da defesa da diversidade cultural e da valorização da negritude. O texto defende ainda a pertinência do diálogo entre as ciências sociais e o cinema pela tematização e a visibilização nas produções audiovisuais de aspectos velados e, por consequência, de profunda relevância para a compreensão das relações de poder que configuram as experiências cotidianas dos sujeitos.

O artigo de Esmael de Oliveira (UFGD), Cátia Martins (UFGD) e Letícia Carolina do Nascimento (UFPI) reflete sobre a potência questionadora e transgressora das experiências e experimentações corpóreas subversivas, das produções de corpos que tensionam e enfrentam os discursos normativos e a tecnologia biopolítica. As análises se voltam às dissidências do modelo heteronormativo encarnadas pelas personagens centrais dos filmes “Laerte-se” e “Tomboy”. As narrativas e trajetórias de Laerte e Laure-Mickael apresentam corpos e desejos que se desvelam como “ousadias em curso”, como possibilidades de ser, como potência de criação.

Por fim, Ingrid Machado Jeampietri Paiva (UFS) e Emerson José Sena da Silveira (UFJF) usam o repertório teórico-metodológico bourdieusiano para analisar o filme “Que horas ela volta?”, de Anna Muylaert. O texto investiga as representações de gostos de classe presentes na obra para discutir a relação entre a distinção social e as formas e dinâmicas de reprodução da dominação entre as classes sociais, bem como para apontar as possibilidades de contestação e subversão de tais pelos sujeitos. O objetivo do artigo é evidenciar as disputas em jogo nas hierarquizações sociais e as vias possíveis de transgressão nas estruturas relacionais que tendem à incorporação e à naturalização das práticas distintivas de classe.

Desejamos instigantes e inspiradoras leituras!

Referências

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

DUBOIS, Philippe. A linha geral (as máquinas de imagens). **Cadernos de Antropologia e Imagem**, v. 9, Nº 2, 1999.

FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. **Revista de Trabajo**, ano 4, n. 6, ago- dez. 2008, p. 83-99.

MIGLIORIN, Cezar. Cinema e escola, sob o risco da democracia. In: FRESQUET, Adriana (Org.). **Dossiê cinema e educação #1**: uma relação sobre a hipótese de alteridade de Alain Bergala. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.